



José Gabriel Ávila*
jgazores@gmail.com

Os malefícios da concorrência desenfreada

“Impõe-se que os governantes locais e regionais, respondam à situação da economia picoense com apoios que incentivem novos investimentos, mas em novas áreas ligadas à ciência, à saúde e ao ambiente. Apoiar projetos que provocam o encerramento de empresas locais, em favor de grandes grupos económicos que, normalmente, absorvem parte do mercado, moldando-o aos seus interesses, é alimentar monopólios, desincentivar pequenos investidores e facilitar o êxodo dos jovens e empreendedores.”

O dia amanheceu frio. Da janela da torre não se vislumbrava a Montanha coberta de um manto cinzento carregado de chuva.

De vez em quando, rajadas de vento leste traziam o murmúrio das ondas batendo no calhau grosso, bastante desgastado por intempéries seculares. O sol erguia-se preguiçoso por detrás da lomba. As ruas despertavam de quando em vez, mas imperava um silêncio aflitivo, entrecortado pelo cantar dos galos e pelo mugido das vacas à espera da ordenha.

Saí de casa. No rápido percurso a pé até ao Castelo não encontrei parecido com quem destravar a língua, nem freguês a quem dar bom-dia. Só o mar me acompanhou num diálogo de surdos. Com ele recordei as mareas e ciclones de infância, as correrias dos baleeiros para arriar os botes mal soavam os foguetes, os silvos da fábrica da Baleia a assinalar entradas e saídas de operários, as regatas de botes na Festa da Senhora de Lourdes, o gesto devoto do Palim ajoelhado na escadaria da igreja invocando a proteção da Virgem, e tanta, tanta gente que partiu para outros mundos maiores e melhores...

- Já não há ninguém por aqui! - disparou Francisco Padeiro, sentando sozinho a um canto do bar da sua padaria. - O negócio vai mal e não sei o que fazer. Tenho uma dezena de empregados. Tudo o que ganhei durante anos a fio, investi aqui. Agora o governo autoriza a abertura de padarias a torto e a direito, mas a população que temos, não dá para todos. Não sei como é que vai ser!... - concluiu, com rosto carregado e inquieto.

Francisco é um de entre nove irmãos. Alguns aprenderam a arte, mas não bastou. Emigraram para os EUA e Canadá. Só ele ficou. Agora, vê-se com uma magra reforma de pouco mais de 200€ que mal dá para os remédios. E repetiu: - Há padarias a mais no Pico, mas o governo não quer saber. Subsidiar os novos projetos e as padarias antigas que se amanhem! Não é justo! - rematou o simpático padeiro que me habituei a ver entrar em nossa casa com uma abundante saca de pão, antes da refeição da manhã.



Madalena, Ilha do Pico
VDF-vídeo digital faria

O excesso de concorrência no setor do comércio é um problema que traz preocupados alguns empresários picarotos, precursores de iniciativas de apreciável envergadura, como as médias superfícies comerciais.

Foi devido a eles que a ilha conheceu melhorias significativas no abastecimento e preços dos bens essenciais. Existem, presentemente, quatro médias superfícies comerciais no Pico: duas na Madalena, uma nas Lajes e outra em São Roque, para uma população em declínio de pouco mais de 13 mil habitantes. Estão bem servidos os picoenses, e até faialenses atravessam o canal para fazer compras, realçando que os preços são mais em conta.

Mesmo assim, uma quinta superfície e galeria comercial da marca Continente, está em construção na Madalena. O novo empreendimento irá, certamente, desestabilizar todo o setor e provocar consequências negativas no mercado do emprego, pois como atrás afirmei, não há consumidores que justifiquem tanta oferta. É previsível que daqui resultem despedimentos, como aconteceu com o encerramento da COFACO que tarde ou nunca cumprirá com as promessas de novas instalações.

A contratação de mão de obra para a nova superfície é também ela financiada por programas ocupacionais do

governo que visam mais a redução do emprego que a estabilidade laboral. Esta vai ser seriamente afetada não só pela precariedade dos novos postos de trabalho, como pelos despedimentos que possa vir devido ao excesso de oferta. Em ambas as situações o Estado é chamado a intervir, seja para custear os programas por um espaço de tempo, seja para subsidiar o desemprego.

Impõe-se que os governantes locais e regionais respondam à situação da economia picoense com apoios que incentivem novos investimentos, mas em novas áreas ligadas à ciência, à saúde e ao ambiente. Apoiar projetos que provocam o encerramento de empresas locais, em favor de grandes grupos económicos que, normalmente, absorvem parte do mercado, moldando-o aos seus interesses, é alimentar monopólios, desincentivar pequenos investidores e facilitar o êxodo dos jovens e empreendedores.

Na análise social tenho sempre presente o pensamento da Doutrina Social da Igreja (DSI), mais preocupada com a dignidade e direitos da pessoa humana, designadamente dos mais fracos, que com os grandes grupos empresariais.

Enquanto as doutrinas económicas de teor neoliberal consagram a “lei fundamental” da livre concorrência,

vários Papas, em encíclicas sociais de referência, contrariaram esta máxima e alertam a humanidade para as suas consequências negativas. “A livre concorrência matou-se a si própria – afirmou Pio XI; à liberdade do mercado sucedeu a hegemonia económica; à avidez do lucro, a desenfreada ambição de predomínio; toda a economia se tornou horrenda, dura, cruel e atroz”.¹

Anos mais tarde, o Papa João XXIII preveniu que “a livre concorrência (...) levará a uma concentração da riqueza e à acumulação dum poder económico desmedido nas mãos de poucos”.² E Paulo VI foi ainda mais longe: “a lei única da livre concorrência leva, frequentemente, à ditadura económica”, “[pelo que] “os próprios países desenvolvidos esforçamo-se por estabelecer na sua economia, por meios apropriados, um equilíbrio que a concorrência entregue a si mesma tende a comprometer”.³

Com estes argumentos, baseados na dignidade e direitos da pessoa humana, na justiça social, e no destino universal dos bens, a DSI atribui aos poderes públicos o dever de salvaguardar a livre concorrência dentro de justos e razoáveis limites e do bem comum. (Pio XI, 110).

É uma tarefa difícil, pois as diretrizes de pendor neoliberal da União Europeia - entidade que financia parte substancial dos projetos do nosso tecido económico - obrigam os Estados membros a aceitar sem restrições a lei “sagrada” da livre concorrência.

Mesmo assim, cabe aos governantes fazerem ouvir a sua voz nos areópagos internacionais, sob pena de pactuarem com a construção de uma sociedade injusta, onde a pobreza alastra e a discriminação é fator de conflitos sociais.

A concorrência não pode ser lei suprema pois destrói economias muito frágeis como a nossa em favor de poderosos interesses de uns poucos.

*jornalista c.p. 239 A
escritemdia.blogspot.com

¹“Quadragesimo Anno”, Pio XI, n°109

²“Mater et Magistra”, João XXIII, n°35

³“Populorum Progressio”, Paulo VI, n°s 59 e 60